CARTOGRAFIA SOCIAL: PERCEPÇÕES TERRITORIAIS E IDENTIDADE ÉTNICA DO POVO MUNDURUKU DO PLANALTO, EM SANTARÉM-PARÁ

SOCIAL CARTOGRAPHY: TERRITORIAL PERCEPTIONS AND ETHNIC IDENTITY OF THE MUNDURUKU PEOPLE OF THE PLATEAU IN SANTARÉM-PARÁ

CARTOGRAPHIE SOCIALE: PERCEPTIONS TERRITORIALES ET IDENTITÉ ETHNIQUE DU PEUPLE MUNDURUKU DU PLATEAU À SANTARÉM-PARÁ

Larissa de Sousa Silva
Universidade Federal de Rondônia
E-mail: larissa.system.lb@gmail.com

Laisse Andressa Nascimento dos Santos
Universidade Federal de Rondônia
E-mail: laissecristo@gmail.com

Resumo:
O objetivo deste artigo é fazer uma análise do território de reivindicação do povo Munduruku do Planalto Santareno, composto pelas aldeias Açaizal, Amparador, Ipaupixuna e São Francisco da Cavada, localizadas em áreas de várzea à margem direita do rio Amazonas e em terra firme, às proximidades da Rodovia Santarém Curuá-Una, PA-370. Este estudo se apoia nas informações contidas no fascículo produzido pelo PNCSA, bem como, discorrer sobre a metodologia da cartografia social como uma ferramenta de apoio à luta pela demarcação do território Munduruku do Planalto Santareno que reivindicam e lutam por território desde o início do século XXI, nesse sentido, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia teve papel fundamental para a compreensão das percepções territoriais das representações e territorialidades, por meio do mapeamento, organizado e construído entre os indígenas das aldeias.

Palavras-chave:
Povo Munduruku do Planalto santareno, Território, Cartografia Social, Demarcação, Identidade étnica.

Abstract: The objective of this paper is to analyze the territory claimed by the Munduruku people of Plateau Santareno, composed of the villages Açaizal, Amparador, Ipaupixuna and São Francisco da Cavada, located in floodplain areas on the right bank of the Amazon River and on dry land, at close to the Santarém Curuá-Una Highway, PA-370. This study is based on the information contained in the booklet produced by the PNCSA, as well as discussing the methodology of social cartography as a tool to support the struggle for the demarcation of the Munduruku territory of the Santareno Plateau that have claimed and fought for territory since the beginning of the 21st century, in this sense, the New Social Cartography of the Amazon Project played a fundamental role in understanding the territorial perceptions of representations and territorialities, through mapping, organized and constructed among the indigenous people of the villages.

Keywords: Munduruku People of the Santareno Plateau, Territory, Social Cartography, Demarcation Ethnic identity.

Résumé: L'objectif de cet article est d'analyser le territoire revendiqué par le peuple Munduruku du Plateau Santareno, composé des villages Açaizal, Amparador, Ipaupixuna et São Francisco da Cavada, situés dans des zones inondables sur la rive droite du fleuve Amazone et sur des terres fermes/sèches à proximité de l'Autoroute Santarém Curuá-Una, PA-370. Cette étude est basée sur les informations contenues dans la brochure produite par le PNCSA, ainsi que sur la méthodologie de la cartographie sociale en tant qu'outil de soutien à la lutte pour la démarcation du territoire Munduruku du plateau de Santareno qui a revendiqué et lutté pour le territoire depuis le début du 21e siècle, en ce sens, le Projet Nouvelle Cartographie Sociale de l'Amazonie a joué un rôle fondamental dans la compréhension des perceptions territoriales des représentations et des territorialités, à travers la cartographie, organisée et construite parmi les peuples autochtones des villages.

Mots clés: Peuple Munduruku du Plateau de Santareno, Territoire, Cartographie sociale, Démarcation Identité ethnique.

Introdução[1]

A cartografia pode ser entendida como a ciência que produz, interpreta, estuda e analisa mapas, que incluem materiais e conceitos que podem ser registrados ou transcritos por meio de símbolos ou grafismos (JOLY, 2011). A linguagem cartográfica é fundamental na formação dos indivíduos, possibilitando a compreensão dos fenômenos geográficos e a construção da leitura de mapas para o reconhecimento do próprio espaço de vivência enquanto cultura, território e identidade, levando em consideração a estrutura e a concepção do sujeito indivíduo dentro da coletividade de grupos e povos.

Por muito tempo, ela foi utilizada como instrumento decisivo nas grandes navegações com "grande impulso na Europa, a partir das viagens de exploração de novas terras, o que fez com que os navegadores sentissem a necessidade de poder contar com mapas cada vez mais atualizados e perfeitos" (Souza, 2013 p. 16). Os usos hegemônicos da cartografia ganharam notoriedade durante muito tempo, mas os grupos humanos, desde a idade média, em suas diversificadas territorialidades, faziam registros do cotidiano.

Além disso desenhavam e faziam suas representações de mundo por meio de tintas provenientes da natureza, dos frutos, das ervas, da terra, e gravavam nas rochas, as possibilidades de mundo através de uma cartografia despretensiosa, criando assim métodos populares que, atualmente, chamamos de cartografia social e etnomapas utilizados por muitas ciências sociais, sobretudo, na geografia e antropologia.

[1] O presente artigo é vinculado ao financiamento concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito do Programa de Demanda Social

Na Amazônia, nos últimos anos, tem surgido uma infinidade de trabalhos e pesquisas acadêmicas que se voltam ao debate da metodologia dos mapeamentos coletivos dos povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais como seringueiros, extrativistas, ribeirinhos, entre outras. Um dos projetos mais atuantes que tem dado base aos estudos é o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenado pelo professor antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Acreditando na legitimidade de modelos que pudessem acionar uma cartografia social, fora da hegemonia do plano cartesiano, fortalecendo os movimentos sociais, e os territórios tradicionalmente ocupados[2], elucidando territorialidades e realidades, através da participação e confecção de mapas, o Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA)[3] passou a apoiar a auto-cartografia desses grupos, sob o argumento de que "estas territorialidades específicas, construídas socialmente pelos diversos agentes sociais, é que suportam as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais".

Nesse sentido, a cartografia social passa a ser um instrumento, a partir do qual, os povos das terras tradicionalmente ocupadas, podem afirmar suas identidades coletivas, pertencentes a um povo ou grupo, apresentando, através do mapeamento, as singularidades e as relações complexas que envolvem o processo de territorialização, configuradas nas territorialidades, dessa forma, constituem propostas opostas à cartografia dita oficial.

[2] De acordo com Alfredo Wagner (2004), atribuímos ênfase nestes mencionados processos às denominadas "tradicionalmente ocupadas", que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza: terras indígenas, ccomunidades remanescentes de quilombos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, faxinais, comunidades de fundo de pasto.

[3] Para mais informações, acesse: http://novacartografiasocial.com.br

Para Ascerald (2010), ela é um instrumento metodológico que possibilita a construção coletiva de mapas sociais que representam a realidade, auxiliando, efetivamente, as comunidades tradicionais, grupos quilombolas e aldeias indígenas, dando visibilidade as suas reivindicações políticas, territoriais, culturais e sociais.

É uma ferramenta de denúncia e respaldo que favorece reinvindicações e demandas junto ao Estado, no caso de violações dos direitos humanos e constitucionais. Esses grupos, durante muito tempo, ficaram excluídos de poder cartografar o seu próprio território. É nessas cartografias dos povos que eles estabelecem suas próprias linguagens, expressam suas relações afetivas com o local e estabelecem limites e propostas de acordo com sua relação com a natureza e território.

A articulação dos povos da Amazônia, sobretudo do povo Munduruku do Planalto Santareno, demanda, a partir do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia, oficinas de mapeamentos junto ao seu povo, na possibilidade do alcance de voz na luta pelo território, paralelamente, a expansão da monocultura de grãos (soja e milho) que, segundo os relatos dos moradores, está ameaçando as suas territorialidades específicas, mediante ao não reconhecimento do território indígena em atinência, pela não efetivação da demarcação da TI pelo Estado brasileiro.

Nesse sentido, teremos como principal ferramenta de análise, a produção do fascículo do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)[4], intitulado "Território Indígena

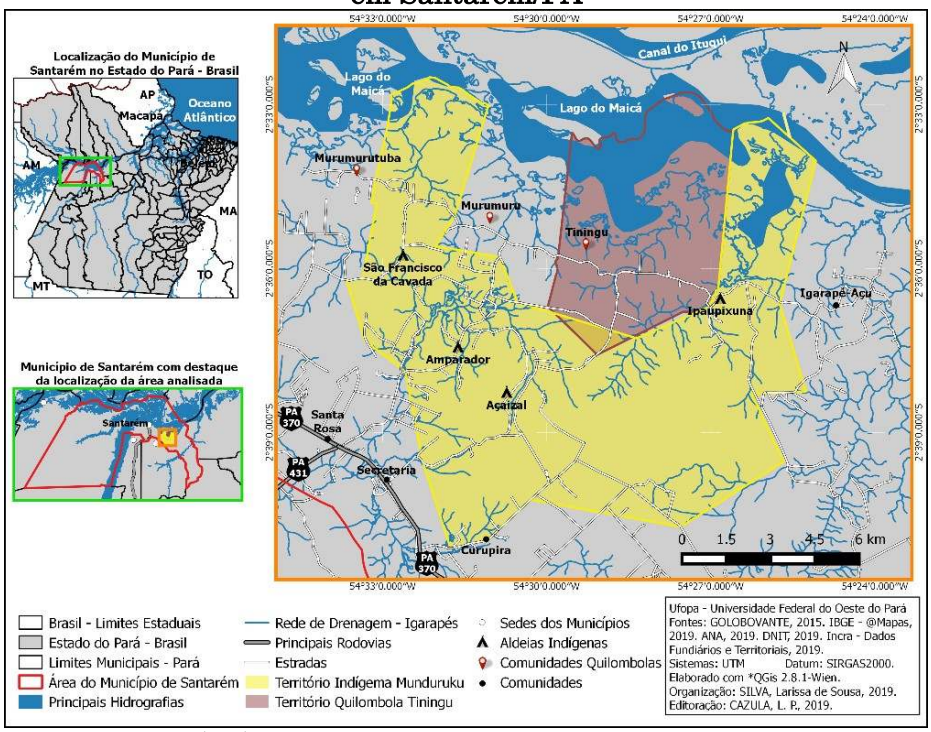
[4] O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia promove o mapeamento de povos e comunidades no bioma Amazônico, com o apoio de universidades, principalmente, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e da fundação de apoio Murak, com o valor de apoio do fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, assim como, o projeto é apoiado por outras instituições financiadoras. Disponíveis em: http://novacartografiasocial.-

Munduruku do Planalto", realizado em agosto de 2015. Pretende-se, a partir das configurações metodológicas dessas cartografias realizadas, desvendar os saberes locais, as percepções que eles têm de seu território, as demandas, as formas de organização coletivas e política do povo Munduruku.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é fazer uma análise sobre a área de reivindicação do povo Munduruku do Planalto Santareno que, composta pelas aldeias Açaizal, Amparador, Ipaupixuna e São Francisco da Cavada, localizadas em áreas de várzea à margem direita do rio Amazonas e em terra firme, às proximidades da Rodovia Santarém Curuá-Una, PA-370, apoiado nas informações contidas no fascículo produzido pelo PNCSA, bem como, discorrer sobre a metodologia da cartografia social como uma ferramenta de apoio à luta pela demarcação do territórios Munduruku do Planalto Santareno.

com.br/quadro-de-projetos/

Figura 1: Mapa de localização do território indígena Munduruku em Santarém/PA



Fonte: Autoras (org), 2021.

É importante contextualizar que o movimento do povo Munduruku ganhou expressões fundamentais na busca por reconhecimento territorial no início dos anos 2000. Suas reinvindicações resultaram na autodemarcação da área (FIGURA 1), com o objetivo de defender suas áreas de convívio social e seus cultivos além das áreas de lazer, que incluem as águas, a terra e a floresta.

O mapa supracitado é a representação da autodemarcação do território dos Munduruku do Planalto Santareno. Os indígenas contaram com o apoio e acompanhamento de parceiros[5], solidários

[5] CPT (Comissão Pastoral da Terra), foi criada em junho de 1975, em Goiânia, durante o Encontro de Bispos. ... O objetivo da CPT, é servir os trabalhadores do campo, dar suporte e orientação a eles dentro dos movimentos sociais. CITA (Conselho Indígena Tapajós Arapiuns) Criação em maio no ano 2000, é uma representação política de mobilização do Baixo Tapajós que tem como objetivo a

com a luta. Esta proposta de autodemarcação representa uma importante etapa no processo de solicitação, junto ao Estado, para a criação jurídica da Terra Indígena junto à União, consonante às demandas e reivindicações, para terem os direitos coletivos atendidos e efetivados, com a demarcação oficial do seu território.

Concomitantemente ao ato de autoidentificação, ocorre a expansão da fronteira agrícola no Planalto Santareno, constituída pela produção do monocultivo da soja em diversas áreas rurais, com a formação da propriedade privada, resultando em conflitos com as populações que fazem usos diferenciados da terra/território, a exemplo dos indígenas, quilombolas e camponeses.

A expansão da fronteira agrícola foi consolidada na Amazônia, sobretudo no oeste Paraense, através da abertura de grandes rodovias no período da década de 1970, tais como, a Santarém-Cuiabá (BR-163), a Rodovia Santarém-Curua-Úna (PA-370), a Transamazônica (BR-230) e a Belém-Brasília (BR-010), chamando a atenção dos grandes produtores que chegaram à região do Baixo Amazonas no final da década de 1990, mobilizados pela oferta de terras férteis e "disponíveis" à produção de soja (GAYOSO DA COSTA, 2012).

Ainda na concepção de Gayoso da Costa (2012)

> O fortalecimento no mercado sojicultor veio após a construção do porto da Cargill no início dos anos 2000, que se instalou na região sob o prisma de ser uma região estratégica para o escoamento da produção, ter uma grande variedade de recursos naturais economicamente exploráveis impondo um novo ciclo de acumulação do capital, que se renova até os dias atuais, numa eterna reconquista pelos seus descobridores (p.72)

organização das comunidades que estão em fase de autoidentificação indígena e tem organizações jurídicas encaminhadas diante da Funai e demais órgãos públicos.

Após a chegada e ampliação dessa fronteira, as populações indígenas, quilombolas e camponeses, que viviam e faziam uso coletivo da terra e do território, já definiam a existência de suas territorialidades específicas, nesse sentido, entendemos que o termo "descobridores", utilizado por Gayoso da Costa (2012), na citação acima, é obsoleto por remeter a uma história que começou em 1500, negando a história dos povos originários dessa terra que estavam em território brasileiro, antes da chegada dos portugueses.

Para o indígena Munduruku, Daniel (2009)

> O termo "descobrimento" relaciona-se com a Europa e com todas as razões da colonização. Guarda silêncio sobre os fatores que levaram a Europa a explorar o Novo Mundo. Silencia a respeito dos conflitos entre portugueses e nativos e dos objetivos da colonização, baseados na expropriação territorial, na escravização e na destribalização (p.24).

Para Almeida (2006, p. 29), a territorialidade é definida pelo processo de territorialização e pertencimento que acionam "identificação, defesa e força" são esses fatores que delimitam o emergir coletivo, mas que podem convergir com outros sujeitos.

Nessa perspectiva, há um choque de territorialidades entre o povo Munduruku do Planalto com os sojicultores que passaram a ocupar áreas que, para os indígenas, são sagradas e significativas dentro da ancestralidade e respeito à natureza.

> O cultivo da soja na região altera significativamente a forma de apropriação do território, bem como, introduz, de maneira mais intensa, um modelo de produção mais capitalizado que se opõe aos modelos tradicionalmente vigentes na região (GAYOSO DA COSTA, 2012, p. 166).

É nesse cenário de diferentes trajetórias e imbricações dos movimentos sociais de luta por território que buscaremos analisar,

dentro do fascículo do PNCSA, produzido com o povo Munduruku do Planalto, como eles têm se mobilizado e se organizado politicamente na luta e na defesa do território para fortalecer a identidade étnica e a sua cultura, mediante as atividades da monocultura de grãos que se instalam ao redor das aldeias, ameaçando as suas territorialidades específicas que, de acordo com os relatos e entrevistas, está prejudicando a saúde dos moradores, devido ao uso de agrotóxicos nas monoculturas e que também, acaba afetando as plantações dos indígenas.

Procedimentos metodológicos

As informações contidas neste artigo fazem parte das análises do fascículo sobre os indígenas Munduruku do Planalto e da pesquisa de mestrado, em andamento, de uma das autoras, iniciada ainda na graduação, em 2019. Atualmente, eles tem convivido e construído novas provocações na perspectiva da luta por território que é pertinente analisar e elucidar por meio da cartografia social produzida por eles através do PNCSA[6].

As primeiras pesquisas de campo em 2019 resultaram em entrevistas com as principais lideranças do território, as quais estavam direcionadas a entender o contexto ameaçador que as aldeias estavam passando, em decorrência do avanço dos monocultivos de grãos. Ainda nessas entrevistas, foi necessário fazer conexões com a cartografia realizadas por eles em 2015, entender os elementos que foram dispostos no mapa representado no fascículo.

Nesse sentido, este artigo apresenta abordagem qualitativa e conta com as seguintes metodologias: *revisão bibliográfica* de livros, artigos, teses e dissertações, *pesquisa documental* (análise do

[6] Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

fascículo sobre os indígenas Munduruku do Planalto e de outros documentos institucionais) e *trabalho de campo*, caminho necessário para a realização de entrevistas com as lideranças do território, ancoradas na História Oral.

"O método da história oral é utilizado para buscar a história dos grupos, de acordo com suas respectivas memórias" (BARBOSA, 2008, p. 29). Nesse sentido, é uma metodologia que norteia o trabalho de campo, e dá possibilidade para que os colaboradores da pesquisa se organizem em coletivo e manifestem as suas experiências e vivências.

Os povos originários, comunidades quilombolas e demais populações tradicionais têm encontrado aporte na história oral para o reconhecimento de suas experiências. Para Meihy (2015), pesquisador brasileiro, a história oral é conectada à memória que possibilita o sujeito à compreensão do que foi vivido de um tempo passado, no presente.

Nessa concepção, a história oral traz narrativas e vozes dos sujeitos entrevistados importantes na perspectiva de constituição do caminho para o desvelamento da trajetória e da construção das identidades dos povos, comunidades, fundamentadas, sobretudo, na memória do grupo. "As experiências de cada um são autênticas e se relacionam com as demais por meio da construção de uma identidade comum" (MEIHY, 2015).

Há uma ligação entre história oral e memória. Segundo Bosi (1979, p. 29), a narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. Nessa perspectiva, a experiência do campo foi fundamental para compreender, através da observação, alguns fenômenos possíveis de serem visua-

lizados, e de entender, através das falas, como as práticas de defesa do território estavam alicerçadas na cartografia social.

A primeira pesquisa de campo com o povo Munduruku foi durante a graduação, por intermédio da Universidade Federal do Oeste do Pará, em maio de 2019. Nesse campo, houve os primeiros diálogos informais, para registrar possíveis pesquisas a serem realizadas.

Após os diálogos houve o momento das entrevistas com as principais lideranças, voltadas a entender o fenômeno que os assombrava, a monocultura de soja, compreender as perspectivas e mecanismos de defesas do território através das falas e símbolos utilizados nos fascículos e mapa produzido pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Nesses diálogos, o uso do gravador foi extremamente necessário para registrar as falas. O uso do diário de campo foi utilizado para elucidar os caminhos traçados nos momentos de visita e anotar as observações durante as andanças pelos ramais das aldeias, entre falas, e cafés, fotos com a câmera do celular, protocolando sobre a paisagem expressamente modificada pela monocultura e anotando os anseios de manifestar territorialidades e os modos de vida em acordo e harmonia com a natureza.

"Território indígena Munduruku do planalto": percepções territoriais a partir do mapeamento social

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia vem sendo desenvolvido pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, especificamente a partir de julho de 2005, com objetivo de realizar mapeamento social dos povos e comunidades tradicionais na Ama-

zônia, na qual, através de projetos de pesquisas[7], obteve a expansão do projeto de mapeamentos pelo Brasil.

Entre julho de 2005 a janeiro de 2008 foram produzidos cinquenta e nove fascículos, organizados em três séries. Cada fascículo é o resultado de um conjunto de esforços e de relações sociais entre comunidades e povos tradicionais e a equipe de pesquisadores, que começa a concretizar-se com a realização da oficina de mapas e encerra essa instância de mapeamento com a publicação do fascículo. (PNCSA, 2005)

O fascículo em análise neste artigo, "intitulado *"Território Indígena Munduruku do Planalto*", é resultado de oficinas realizadas em 12 de agosto de 2015 no território Munduruku do Planalto, que contou com a presença e a participação das lideranças e moradores das quatro aldeias: Açaizal, Amparador, Ipaupixuna e São Francisco da Cavada.

As oficinas realizadas tinham os objetivos centrados e definidos no fortalecimento da luta territorial, reconhecimento identitário, identificando suas territorialidades específicas, a fim de apresentar as demandas dos moradores, mostrar as relações de poder e disputas territoriais e de enfatizar as especificidades étnicas culturais de um povo que tem um contexto histórico onde persiste a negação e o silenciamento da existência de indígenas na região do Baixo Amazonas.

Nestas oficinas e cartografia são expressas a consciência de quem entende o coletivo, as diferenças, as singularidades e particularidades de um povo. Cada povo, cada grupo tem interesses próprios, articulam e fazem combinações do que é necessário para o co-

[7] Este se articulou com o projeto de pesquisa intitulado "Processos de territorialização, conflitos e movimentos sociais na Amazônia" CNPq-FAPEAM, implementado a partir de dezembro de 2005

letivo, seguem suas narrativas, contribuem a partir das modalidades de uso dos recursos naturais, são conhecedores das geografias do território, esse conhecimento é o que delimita as suas fronteiras que são representadas em um mapeamento social.

Nesse contexto, Almeida (2013) enfatiza a importância para o melhor entendimento do que seja a metodologia de mapeamento

> A persistência do termo "social", compondo a expressão "nova cartografia social", reforça este propósito de uma cartografia crítica, desnaturalizada, capaz de se contrapor simultaneamente ao positivismo e ao papel de direção absoluta e autoritária das forças políticas hegemônicas no processo de produção cartográfica. (p.166)

Nestas geografias e mapeamentos que envolvem o coletivo, há lugares que, na cartografia dita oficial, nem se cogitava mencionar, tracejar, pontuar, mas que são expressos na nova cartografia social, pois pertencem e constituem esses territórios com grandes significações.

Na concepção de Almeida (2013, p. 158), os povos indígenas partilham de "conhecimento peculiar, geográfico e ambiental, associados a uma ação política configurada na identidade, indissociável de fatores econômicos" portanto:

> Os mapas produzidos no contexto destas mobilizações passam, a refletir não somente a diversidade social e a multiplicidade de seus respectivos pontos de vista e práticas, mas sobretudo uma situação de conflito e um conhecimento intrínseco às realidades locais, tanto agrupando, quanto distinguindo. Neste processo de distinção tem-se um ritual de passagem eminentemente político, que direciona este esforço analítico para determinações de existência diferenciadas (p.158).

Considerando a perspectiva das marcas de enfrentamento pelo povo Munduruku e os sojicultores, serão colocadas algumas fa-

las das entrevistas do fascículo e as falas das entrevistas concedidas em 2019, para melhor analisar e apresentar a realidade vivida por eles.

A metodologia das oficinas foi dividida em três eixos:

1. *Identidade e território indígena;* onde as pessoas foram estimuladas a fazer livremente a representação do território, territorialidades e enaltecer a identidade e apresentar os limites e fronteiras através dos símbolos e elementos que tinham significações para o seu povo.

2. Organização do movimento indígena: as narrativas mostram como ocorreu as organizações do conselho do planalto, momento de muita importância para as mobilizações. O conselho que representa os territórios indígenas do planalto, estruturado para entender e fazer denúncia sobre os usos dos recursos naturais; situações de conflitos e enaltecer as conquistas.

3. Nas demandas estão incluídas: a demarcação da Terra Indígena; implantação do ensino indígena e ampliação das escolas; fiscalização ambiental; posto de saúde com a implantação da saúde diferenciada para povos indígenas; entre outras que se fazem necessária mediante os direitos constitucionais. Estes três eixos foram norteadores, pois auxiliaram na construção e na produção do mapa social e do fascículo.

Nessas oficinas, estavam as lideranças, os moradores mais velhos e alguns jovens atuantes nas mobilizações sociais que, em acordo, ativaram os dispositivos da memória, o que Halbwachs (1990) chama de memória coletiva, e puderam fazer as representações que apresentam os conflitos territoriais, os lugares de pesca, caça, símbolos que representam perigo e os limites fronteiriços do território indígena com os campos de monocultura de soja.

A concordância e a percepção coletiva sobre os pontos e lugares do território foram fundamentais para a produção de um mapa social (FIGURA 2), que contém as delimitações, desenhos, traçados e símbolos que, para eles, apresentam significados pertinentes de luta.

É um mapa construído a partir das narrativas as vozes dos sujeitos que se dispuseram a estar ali; é resultado do desvelamento, da trajetória e da construção das identidades do povo Munduruku, fundamentadas, sobretudo, na memória do grupo.

Figura 2 - Mapeamento social do território Munduruku do Planalto



Fonte: Fascículo, PNCSA, 2015.

O mapa apresenta vários elementos, sobretudo, a relação dos elementos simbólicos com os elementos da natureza, água-terra-floresta, que são de uso coletivo. Nele, apresenta desenhos, representações com intensos significados para os povos indígenas, entre eles, consta delimitado o sítio arqueológico e os locais de terra preta, que para eles são lugares sagrados de uma ancestralidade

viva, de uma história que permanece naquele local, precisando, com certa urgência, ser protegida para continuar existindo.

No fascículo o tópico *"A terra preta como identidade e território"*, seu Pedro, uma das lideranças da aldeia Açaizal, relata:

> A Terra Preta pegava justamente a maior parte do nosso terreno aqui. Que justamente tinha. No tempo do meu bisavô, ele deixou seringal, deixou cacoal[8] nessa Terra Preta, que era "diz que" essa maloca dos índios que a gente trabalhava de plantar maniva, capinar. A gente achava cabeça de porco, achava aquelas panelinhas, achava tudo de caco de coisa [...]. É a terra de índio, é uma área de terra que em cada mata nasce uma parte de Terra Preta; bem aqui tem outra é a terra melhor que dizem, onde o índio morou. A gente encontra muito, foi feito teste. A gente conseguiu aí depois foi feito teste. Tem um bocado de balde, copinho, cachimbo de fumar" (Pedro Costa, oficina de Mapas, Aldeia Açaizal, em 22/10/2010).

A fala de seu Pedro carrega o sentimento de pertencimento e afirmação da identidade étnica de seu povo. Nessas terras pretas moravam seus ancestrais, fato que nos leva a afirmar que nesse lugar existe história, tradição e cultura que precisam ser visualizadas com cautela. Eles viram, na cartografia social, a possibilidade de ter voz para apresentar e pontuar o sítio arqueológico no mapa social (FIGURA 2) para deixar registrado e com a condição de proteção desse lugar.

Além de ser uma forma de contrapor o avanço dos campos de soja, assim como interferir, de alguma forma, nos discursos racistas e xenofóbicos dos sojicultores e até mesmo do Estado, que lhes nega a identidade étnica, impedindo a demarcação e reconhecimento jurídico. Seu Paulo relatou um pouco, em nossa entrevista,

[8] O cacaueiro é a árvore perenifólia que dá origem ao fruto chamado cacau, cacoal expressão de costume regional referente à plantação de cacau

em 2019, sobre as tentativas de silenciamento e preconceito seguidos de intimidação.

> Eles dizem que não somos índios, que a gente é nordestino. Tinha um antropólogo que vinha por aqui, que era contratado por eles, que rondava a gente e dizia que a gente não era índio, que a terra não era nossa, a gente fica triste com isso, desmerecem o nosso povo (Paulo Bezzera. Entrevista concedida em 20 de setembro de 2019).

A identidade étnica do povo Munduruku foi construída ao longo dos anos, eles apresentam territorialidades especificas, fazem o uso coletivo do território, sendo resultado de diferentes processos de territorialização. Importante enfatizar que a nossa compreensão do conceito de territorialidades especificas utilizado neste artigo é de Almeida (2008).

> Estas novas formas de ocupação e uso comum dos recursos naturais emergiram pelo conflito, delimitando territorialidades específicas, e não tiveram até 1988 qualquer reconhecimento legal. As territorialidades específicas podem ser entendidas aqui como resultantes dos processos de territorialização, apresentando delimitações mais definitivas ou contingenciais, dependendo da correlação de força em cada situação social de antagonismo (...) sua emergência atém-se a expressões que manifestam elementos identitários ou correspondentes à sua forma específica de territorialização (p. 51).

Eles dão sentido e significado ao território tradicional que, ao longo do tempo, estabeleceram condições para existir. É neste sentido que nos reportamos mais uma vez a Almeida (2008) para salientar que:

> O fator identitário leva as pessoas a se agruparem sob uma coletividade expressando e declarando seu pertencimento a um povo ou um grupo a fim de encaminharem demandas e reivindicações ao

> Estado para o reconhecimento de suas formas próprias de acesso à terra e a outros direitos (p. 30)

Nesse sentido, o mapa social produzido por eles abrange todos os elementos fundamentais para a sobrevivência e manutenção dos modos de vida, das manifestações culturais, das delimitações de ramais, estradas que dão acesso às aldeias, aos quilombos, às roças, aos lugares de lazer, aos lugares de sociabilidade e uso coletivo e outros que fazem parte da organização sociocultural desses povos.

Ainda no mapa, é colocado todos os pontos representados por *caveiras*, deixando explícito o conflito territorial. O símbolo dos *tratores* representa a expansão da monocultura de soja, dos campos que estão próximos das aldeias, das roças, dos igarapés; é demonstrado nitidamente que essa expansão da monocultura está "encurralando" esses moradores, os deixando cada vez mais vulneráveis.

O território para eles é de fundamental importância, enquanto condição de sua existência, eles entendem que têm direito de serem livres no território reivindicado, para que continuem reproduzindo e mantendo firmes a forma de viver com a natureza.

A ausência de reconhecimento territorial pelo Estado facilita a existência de formação de propriedade privada dentro da área, predispondo o aumento da expansão da agricultura de grãos, que está sobressaindo o território reivindicado e intimidando as territorialidades específicas.

No relato de seu Josenildo Munduruku, cacique da aldeia Açaizal, uma das lideranças, a quem tive a oportunidade de ouvir muitas histórias, é possível observar a indignação de que o território reivindicado vem passando pela privatização de lugares que para eles são de uso coletivo.

Sua indignação é compreensível quanto às questões suscitadas, por exemplo, o cacique Josenildo nos conta certo episódio ocorrido com o igarapé, espaço que tem significado para eles, e que se estabelece como um lugar de afeto e lembranças.

> Nós somos privados do meio ambiente. Com a questão, eles colocam agrotóxicos. Nós não temos mais o nosso igarapé, o que era de uso, depois que eles chegaram pra cá, isso em 2000, a partir de 2002 que chegaram as primeiras fazendas de soja nosso território, a partir daí, o igarapé começou a secar, nós perdemos o nosso igarapé. Lembro que a gente brincava, tomava banho que só, a gente pescava cada peixe grande. Era nosso lazer, nosso único igarapé aqui perto, na frente das nossas casas, a água era transparente, a gente não tinha poço, então, com essa água a gente fazia nossos afazeres, era bom demais, agora só resta mato, mataram nosso igarapé, hoje é só tristeza, ninguém mais vai lá, nossos filhos e netos não vão saber o que é tomar banho gelado no igarapé, pelo menos não nesse, espero que eles não destruam os outros (Entrevista concedida em 20 de setembro, pelo Cacique Josenildo Munduruku).

O cacique coloca em evidência os impactos ambientais que a monocultura de soja vem trazendo para o território e, principalmente, para a aldeia Açaizal. São mudanças significativas na produtividade dos bens necessários à efetivação da vida. Muitos reduziram as plantações de mandioca assim como a produção de farinha, alimento que faz parte da dieta de grande parte dos moradores das aldeias, além de ser produzido para ser comercializado em mercados e feiras da cidade, isso tem acontecido devido a privatizações e aumento de desmatamento para abertura dos campos de soja em áreas pertencentes ao território.

Nesse sentido, as observações da pesquisa revelam que as percepções territoriais e conflituosas descritas e acentuadas nos mapeamentos, é a maneira como eles enxergam a expansão agríco-

la, os elementos, os símbolos; existe aí significações de "identidade, defesa, força", que os deixam cada vez mais perspicazes para as mobilizações de luta para permanecer no território.

Nessa perspectiva, o PNCS foi fundamental para dar visibilidade e ajudar na afirmação da identidade indígena Munduruku do Planalto, pois, resgataram suas histórias e lembranças, haja vista que, é um processo de autorrepresentação. Dona Maria Júlia, em uma entrevista disponibilizada no fascículo, fala sobre a importância da realização das oficinas e da produção do mapeamento social com os moradores, assim como, sobre a importância do reconhecimento territorial.

> A gente está buscando uma coisa que a gente já foi há muito tempo, que a gente não sabia, que é a nossa tradição indígena, que são as nossas raízes. Então, é por isso que a gente acha que seja para melhorar a situação, porque a gente é muito excluído, os indígenas são muito excluídos, é muito escravizado. Tem muita gente que tem preconceito com os indígenas. Meu pai e meu avô sempre diziam – olha nós somos índio! Mas nós nunca ligamos para isso. Só fomos mesmo ligar quando começamos a perder nossa terra. E aí a gente começou a se organizar". (Maria Júlia de Sousa, Oficina de Mapas, Aldeia São Francisco da Cavada, em 25/08/2012, fascículos).

A fala de Dona Maria Júlia foi fundamental e explicativa para compreender a importância que o Projeto Nova Cartografia Social teve para o território reivindicado. A partir dele, algumas conquistas foram concretizadas, como a formação do Conselho do Planalto que está em efetivo funcionamento.

Em 2017 houve a construção do Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada e de Consentimento que tem como objetivo:

> Estabelecer critérios formais criados a partir de direitos previstos legalmente para sermos consultados na hipótese de viabilidade de planos ou pro-

> jetos que possa pôr em risco a vida e a cultura das famílias que vivem nas aldeias (ISA-Instituto Socioambiental, 2017, p.3).

O que se observa é, que nessas mobilizações, eles se reinventam enquanto sujeitos políticos. Estes dispositivos são formas de defesa e de diálogo entre eles e o Estado, pois auxilia na discussão e definição de pautas fundamentais de conquistas dentro do território, como o ensino e a saúde, pontos mais relatados como precários, segundo os indígenas.

Territorialidades da memória e afirmação étnica como fator de resistência

As territorialidades da memória expostas no fascículo e no mapeamento produzido pela nova cartografia social, revelam que dentro desse contexto de percepções, é inevitável considerar o processo de emergência étnica que aconteceu no Baixo Tapajós e que marcou os povos dessa região, pois passaram a sobreviver a partir das contradições de expropriação territorial presente na região amazônica até os dias atuais.

Na Amazônia, o processo de retomada das memórias, identidades e dos territórios ancestrais, na literatura antropológica atual, tem sido denominado de "ressurgimento" da indianidade ou da identidade étnica indígena na Amazônia constitui um fenômeno denominado de emergência étnica ou etnogênese (BARTOLOMÉ, 2006, p. 02).

Os povos do Baixo Tapajós, durante longos anos, foram submetidos a políticas de silenciamentos entrelaçados pelo genocídio e etnocídio que, atualmente, têm refletido na estrutura de luta por terra e território que reivindicam. A emergência étnica desses

povos se trata de resistência e de luta pela manutenção da vida e dos territórios coletivos.

Importa ressaltar que, durante muito tempo, esses povos foram considerados inexistentes, mas saíram do silenciamento, no final do século XX, trazendo ao campo jurídico/político suas pautas, no que tange à luta pela demarcação de suas terras, buscando mecanismos que possam garantir os seus direitos enquanto povos originários da terra.

Para Tomáz; Barros; Marques (2013), a resistência dos povos indígenas da região nordeste e da Amazônia foi marcada pelo processo de apagamento, com um histórico de violência e de dominação territorial:

> Onde a invisibilidade e o quase desaparecimento das aldeias indígenas, associadas à noção de "mistura" e "integração", reforçada pela inauguração da categoria homogeneizante "caboclo", foi ideia predominante até os anos 70 do século XX, com fortes persistências até os dias atuais (p. 280).

Importante enfatizar que as políticas anti-indígenas e as perseguições da época, não foram suficientes para romper com tamanha diversidade sociocultural dos povos pelo Brasil e nem inibir as fronteiras étnicas de indígenas que passaram a se autoafirmar, sobretudo a partir da constituição de 1988. A sequela desse período assombroso, foi justamente manter invisível e trazer narrativas sobre a não existência dos povos indígenas nas regiões pelo país.

Nessa perspectiva, Silva (2022) acentua que é uma resposta estatal, ligada diretamente à tentativa de apagamento da presença étnica, tomando como base os efeitos da burocratização e da classificação que a criação de Unidades de Conservação vem impondo a essas populações. Tomamos como exemplo, a persistência do

termo *caboclo* em alguns discursos do senso comum político e até mesmo acadêmico.

Esse termo, geralmente é relacionado a pessoas que vivem no meio rural, como os ribeirinhos, os camponeses e os indígenas, associados a adjetivos pejorativos como ignorantes ou não civilizados pelo mundo moderno, desprovidos de cultura e tidos como atrasados intelectualmente (Lima, 2009). Por isso, por muito tempo os povos indígenas foram considerados inexistentes, como um reflexo naturalizado da colonização, reverberando o preconceito até os dias atuais, diante daqueles que estão se autoafirmando.

Para Silva et al (2023)

> O movimento de emergência étnica, sobretudo na Amazônia, ganhou expressão a partir da Constituição de 1988, deixando o cenário político mais favorável às relações entre os povos indígenas e o Estado brasileiro, quebrando perspectivas integracionistas de tutelação e passou a garantir o direito fundamental no exercício de uma ocupação tradicional; os direitos constitucionais foram essenciais para que o reconhecimento de terras indígenas avançasse nas décadas do último século. (p. 2)

Como afirmado anteriormente, é somente a partir da década de 1970 e 1988, com os estabelecimentos dos direitos constitucionais, sobretudo nos Artigos 231 e 232, que disciplinam os direitos das terras tradicionalmente ocupadas aos povos indígenas, é que há uma maior reverberação dos movimentos-étnicos-territoriais, trazendo configurações fundamentais e necessárias para os processos de territorialização pelo Brasil.

Para Almeida (2008):

> O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões orga-

> nizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado (p.118).

Ainda na concepção de Silva et al (2023) a região Amazônica é uma das que mais manifesta movimentos étnicos-territoriais, principalmente, o Baixo Tapajós, constituído de várias etnias[9], que têm deliberado questionamentos e lutas em busca de reconhecimento étnico. Estes povos compõem um cenário de disputas e conflitos que se configura desde o final do século passado. O povo Munduruku do Planalto Santareno, objeto de estudo desta pesquisa, vem reivindicando território no início do século XXI.

Pode-se interpretar essa mobilização indígena como um processo de construção de territorialidades específicas que se manifesta como contraponto às políticas governamentais e ao agronegócio no Baixo Amazonas (GAYOSO DA COSTA, 2012). No fascículo produzido sobre os Munduruku do Planalto, há uma fala de seu Raimundo que remete, esporadicamente, sobre as origens deles no território atual.

> Nós vivemos numa terra indígena, de índio mesmo, todos nós somos indígenas. A primeira família que era um senhor conhecido como João Grande e o outro, Benilsimo, e depois veio outra família, que foi nossa raiz, que era Munduruku. Eles eram uma mistura de Munduruku e Apiaká. [...] Esse Apiaká eu conheci ele com vida. Mas os outros parentes dele eram Munduruku. No caso nós tivemos a raiz, que hoje nós somos reconhecidos como Munduruku através deles. Eles que vieram pra cá e se criaram aqui, formaram as famílias deles aqui. Hoje nós lutemos por isso e para nosso reconhecimento, para sermos Munduruku também, para nós termos aquela raiz completa que eles tinham. Mas

[9] As etnias Munduruku, Apiaká e Kayabi (Alto e Médio Tapajós) e Arapium, Munduruku, Apiaká, Maytapu, Cumaruara, Jaraqui, Tupinambá, Borari, Cara-preta Munduruku, Tapuia, Arara-Vermelha (Arapiranga), Tapajó e Tupaiú (Baixo Tapajós/Santarém) são atendidas por essa sede e são essas que se autodeclaram indígenas as margens do Tapajós.

> eles nasceram fora daqui. Eles chegaram aqui criança com os pais deles, mas eles diziam que os pais, os avós deles, os bisavós tudo eram índio Munduruku. Que eles vieram para cá como criança e daí eles ficaram vivendo aqui todo esse tempo. E até hoje nós ainda temos o sangue deles por aqui". (Raimundo Nonato do Lago, Oficina de Mapas, Aldeia São Francisco da Cavada, em 25/08/2012).

A fala de seu Raimundo é confirmada com algumas entrevistas realizadas em campo, as quais demonstram que o processo de retomada desse território iniciou a partir de 1960, mas, é durante o processo de emergência étnica que acontecia no Baixo Tapajós, final do século XX, que eles viram a possibilidade de serem introduzidos novamente em cena, diante de reivindicações com o Estado brasileiro.

No início dos anos 2000, povo Munduruku do Planalto se ancora nos atos políticos de reivindicação étnico-territorial junto ao Estado, amparado pelo uso e ocupação de bases ancestrais de um povo que sempre existiu, mas, por questões de sobrevivência, teve que se silenciar para sobreviver. É imprescindível refletir sobre os mecanismos de violação dos direitos indígenas, num cenário em que a relação entre o Estado e esses povos oscila entre a negação e o reconhecimento de direitos (BELTRÃO, 2013).

Nessa perspectiva, o povo Munduruku se sentiu acolhido pelo movimento de emergência étnica que fez questão de lembrar que esses povos sempre existiram, e que ser indígena não é uma condição inventada, mas é reconhecer suas origens e sua identidade, principalmente em um contexto político violento e preconceituoso. Por isso, sua afirmação étnica é um fator de resistência.

Para Pacheco de Oliveira (2022):

> Os sujeitos coletivos que constituem hoje, continuam a produzir formas de organização social, cultu-

> rais, identidades e relação com o meio ambiente absolutamente distintas. Elas não podem ser compreendidas somente pelo estabelecimento de interconexões entre uma cultura e um nicho ambiental, mas exigem um mergulho na história, com a identificação de conflitos, migrações e interdependências (p.30).

Suas lutas são contemporâneas, não é um povo que congelou no tempo, pelo contrário, eles vivem em sociedade e estabelecem relações sociais e interações com várias instituições, inclusive, com a universidade. As circunstâncias de luta são necessárias pela busca de autonomia e controle do território e manutenção da vida. As territorialidades expostas através do PNCSA foram fundamentais para que eles permanecessem na luta, principalmente, por afirmar a identidade étnica como fator de resistência.

Considerações finais

Compreende-se o Território Munduruku como de um povo emergente a partir de 1990. Eles reivindicam e lutam por território desde o início do século XXI. O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia teve papel fundamental para a compreensão e representação do território e das territorialidades, através do mapeamento organizado e construído entre os indígenas das aldeias.

Esse processo de produção e representação coletiva entende-se como um ato político e estratégico na intenção de pressionar as instituições indigenistas para acelerar o reconhecimento territorial que está em andamento jurídico. Ao indicar, pontuar, tracejar e demarcar para o mapeamento social, eles objetivam aprofundar e tentar proteger áreas que estão vulnerabilizadas e que precisam ser observadas com cautela.

Nas oficinas do PNCSA, os indígenas foram estimulados a fazer livremente a representação do território. Foi o momento de concordância entre eles, em que houve o fortalecimento dos laços étnicos, os quais eles entendem que é um fator de resistência em meio a violência concreta e simbólica que eles presenciam diariamente.

Eles apresentam nitidamente, em seus desenhos, que é uma luta travada e articulada dentro das dimensões políticas, sociais, culturais e econômicas e na forma como estabelecem suas cosmologias e como esses bens podem ser utilizados de forma que não prejudique a principal fonte – a natureza.

É nesse cenário da dimensão social política, que se reitera, a partir dos conflitos da luta pela terra e território, os Munduruku buscam ser reconhecidos enquanto povo originário que sempre estiveram nos seus locais de vivência e que o movimento de emergência étnica do Baixo Tapajós foi fundamental para a afirmação da ancestralidade. O território para eles é manutenção de vida e condição de existência ancorada a partir dos direitos constitucionais.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Mapeamentos, identidades e territórios**. Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate; Aurélio Vianna Jr ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ALMEIDA, A. W. B. de **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.ª ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas processos de territorialização e movimentos sociais. In: OLIVEIRA, A.U; MARQUEZ, M.I. (org). **O campo no século XXI**: território da vida, de luta e de justiça social. São Paulo: paz e terra/casa amarela, 2004.

ALMEIDA, A, W, B. **Nova Cartografia Social**: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. Povos e comunidades tradicionais nova cartografia social. Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior.: Manaus: UEA Edições, 2013

ALMEIDA, A, W, B. (org). **Mapeamento social dos povos e comunidades tradicionais do rio Tapajós: povo munduruku e a luta pelo reconhecimento do território**, – Manaus: UEA-Edições, 2015.

ALMEIDA, L. M. de.et al. **Arranjos produtivos de grãos na região de influência do município de Santarém no estado do Pará**. 2006.40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BARBOSA. Maria Betanha, C. **Sistema de uso comum de recursos em comunidades quilombolas no vale do rio capim (PA).** 201 f. Dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Pará, Núcleo de altos estudos Amazônicos – . 2008

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papeis no cenário cultural e político. **Mana**,: 39-68 p, 2006. Disponível em: https://www.readcube.com/articles/10.1590/S0104-93132006000100002. Acesso em: 15 fev de 2023.

BELTRÃO, Jane Felipe. Pertenças, territórios e fronteiras entre os povos indígenas dos rios Tapajós e Arapiuns versus o Estado brasileiro**. Antares: Letras e Humanidades**. 5–27, 2013. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/ article/view/2544/ 1489. Acesso em: 10 fev. de 2023.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. Universidade de São Paulo. Serie 1ª Estudos Brasileiros,1979.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Grãos na floresta**: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia. — 2012. 312 f. : il. ; 31 cm

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais. Tradução de: La mémoire collective, 1990.

ISA – Instituto Socioambiental. **Protocolo de Consulta dos povos indígenas Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno**. 16 p, 2017, Santarém, Pará. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/0hd00051.pdf. Acesso em: 05 fev. de 2023.

JOLY, Fernand. **A cartografia**. São Paulo: Papirus, 2011.

LIMA, Deborah Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico". **Novos Cadernos Naea** 2: 2–32. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewArticle/107. DOI : 10.5801/ncn.v2i2.107. Acesso em: 29 mar. 2020, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. – 2ª Ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**: conversa sobre a origem da cultura brasileira/ Daniel Munduruku; ilustrações Maurício negro. – 2. Ed. – São Paulo: Global, 2009

OLIVEIRA, Pacheco João. **A luta pelo território como chave analítica para a reorganização da cultura**. A reconquista do território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo. 1. ed. Rio de Janeiro: Epapers, 2022. 438 p.

PNCSA, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **Território indígena Munduruku do Planalto,** apresentação, fascículo, 2015. Disponível em: < http://novacartografiasocial.com.br/apresentacao/ >. Acesso em: 25 de fev., 2023.

SILVA, Katiane. Relações de poder e disputas territoriais: algumas reflexões sobre políticas de estado e povos indígenas no Baixo Amazonas. **Anuário Antropológico,** v.47 n.1, Dossiê, 2022.

SILVA, Larissa. FRAGA, Nilson. FREDRICH, Salomé. SILVA, Adnilson. **Emergência étnica: territorialidades das memórias e a luta do povo Munduruku do Planalto, Santarém-Pará**. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, 2023.

SOUZA, Arildo João de **Cartografia** ; Catarina Cristina Barbara de Siqueira Meurer; Débora Mabel Cristiano; Wanderlei Machado dos Santos. Indaial : Uniasselvi, 2013.

TOMÁZ, A, F; BARROS, J, N; MARQUES, J. Povos Indígenas do Nordeste, territorialidades e movimentos no projeto de transposição do Rio São Francisco. In. ACSELRAD, Henri (org.); VIÉGAS, Rodrigo Nuñes *et al.* **Cartografia social, terra e território**. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

Submetido em: 28 de fevereiro de 2023.
Devolvido para revisão em: 02 de março de 2023.
Aprovado em: 28 de abril de 2023.

DE SOUSA SILVA, L.; NASCIMENTO DOS SANTOS, L. A. CARTOGRAFIA SOCIAL: PERCEPÇÕES TERRITORIAIS E IDENTIDADE ÉTNICA DO POVO MUNDURUKU DO PLANALTO EM SANTARÉM-PARÁ. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2905. Acesso em: 22 jul. 2023.